

HISTÓRIA, LITERATURA E OS ABUSOS DO NOMINALISMO

Joachin de Melo A. Sobrinho Neto*

Não é a beleza, mas sim a humanidade o objetivo da literatura.

Salamah Mussa

No campo da historiografia contemporânea um extenuado debate vem acirrando os ânimos entre aqueles que insistem em nivelar, sem distinções, a narrativa histórica com a ficção literária e aqueles que, sobretudo, clamando pelas implicações éticas da operação historiográfica, refutam essas teses em nome do chamado princípio de realidade o qual os historiadores não abandonam em nenhum momento da sua narrativa. Discorrer sobre esse embate, adotando a postura de que o nominalismo adotado pelos céticos pós-modernos quando se referem à história é passível de diversas lacunas e frágil teoricamente é a proposta geral desse artigo.¹

Discutir as relações entre história e literatura é um dos caminhos possíveis para uma compreensão mais efetiva dos pontos que historiadores da cultura e da sociedade e os adeptos da chamada virada lingüística estão divergindo. A literatura, enquanto objeto estético, destinada, por meio de uma tradição moderna, a agradar e a comover desde públicos massificados até leitores mais exigentes intelectualmente é o âmbito no qual os céticos nominalistas mais se sentem a vontade para se referirem a história.

A idéia de que a arte literária é uma construção estética que parte geralmente de uma iniciativa individual, mas que não podemos deixar de considerar seu potencial cognitivo no que diz respeito à representação de determinados aspectos da vida social não é levada em conta pelos céticos, que resgatam uma noção purista da literatura, na qual, encerrando-se na dimensão lingüística, a arte não apresenta conexões com o contexto no qual foi produzida. Dentro dessa perspectiva, parece-nos mister citar as reflexões de Henry James quando o autor publica em 1884, o ensaio intitulado *A arte da*

* Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFCG.

¹ Sobre uma conceituação teórica mais detalhada da idéia de nominalismo no campo da historiografia e o caráter limitado das posturas pós-estruturalistas que não admitem nenhuma forma de mimeses aconselho a leitura de um texto que, embora inédito ainda, já tem uma certa circulação levada a cabo de forma independente pelo autor. Trata-se do texto de ARANHA, Gervácio Batista. *Realismo versus nominalismo e a escrita da história: questões para o século XXI*. Mimeo, 2005 e como forma de leitura complementar o texto de mesma autoria chamado *A história renovada: a emergência de novos paradigmas*. In: *Revista Saeculum*. n. 4/5, jan.Dez. 1998/99. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, Dezembro/2000.

ficção (1995). Elaborado em um momento que a crítica estava dividida entre as duas correntes: a utilitária e a romântica. Henry James funda uma espécie de terceira via na qual a arte literária possui implicações morais, mas a sua construção é basicamente livre. Para H. James, o literato moderno:

(...) não vai escrever um bom romance se não possuir um senso de realidade; mas será difícil dar uma receita de como (...) dar existência a esse senso. A humanidade é imensa, e a realidade tem uma miríade de formas; o máximo que se pode afirmar é que algumas das flores da ficção tem o odor dela, outras não; já dizer a princípio como o buquê deve ser composto, é outro assunto. (JAMES, 1995, p. 28)

Ao advogar essa espécie de reforma estética da literatura, onde os valores éticos estão intimamente ligados aos valores artísticos, H. James utiliza como exemplos às obras dos franceses Émile Zola e Guy de Maupassant e forja, assim, a consciência da prosa de ficção para o século XX, deixando para a posteridade o seu grande legado intelectual.

Portanto se um realismo que se efetiva a partir de uma estrutura narrativa arraigada ao “assim aconteceu”, ao “a vida como ela é”, sem que se disponha à reflexão do que se esconde por trás desse fatalismo irreversível e inquestionável, certamente, encontra-se envolvida por um véu de valores e pressupostos que visam à manutenção da ordem. Invertendo essa ordem, podemos pensar também que a intransigência dos céticos pós-modernos ao se recusarem a admitir qualquer elo entre a narrativa histórica e seu referencial está comprometida com valores que Carlo Ginzburg (2002, p. 35) chamou de “*motivos extracientíficos*”, os quais irei me ater melhor mais adiante.

Por outro lado, uma narrativa realista em que se notem índices de análise e confissão, no interior de seu universo ficcional, e que direcione esses índices para a ação sobre o real que, em sua estrutura, se faz representado, denota o compromisso com a contestação de certa ordem. Esses valores e ideologias que estão vinculados a uma estrutura social podem ser detectados “*(...) mais visivelmente na definição da posição social do artista (...), na forma e conteúdo da obra (...), na sua fatura e transmissão*” (CÂNDIDO, 2001, P. 21)².

² O estudo do crítico literário Na Antônio Cândido contribuiu enormemente para os chamados estudos sócio-culturais da literatura. A relação sociológica que A. Cândido encontra entre a obra, o autor e o público é uma importante via de acesso a compreensão sobre a influencia que o meio social exerce sobre a arte a influencia da arte sobre a sociedade. No último capítulo da obra, ao analisar a função histórica da literatura, através de um estudo sobre o livro *Caramuru*, Antônio Cândido ressalta como essa função depende, sobretudo, da estrutura literária da obra.

É interessante perceber como o crítico literário Antônio Cândido, ao refletir sobre a literatura e a sociedade, já atenta para a importância do que o historiador Roger Chartier chamou de materialidades da escrita. A crítica de R. Chartier direcionada ao desconstrucionismo pós-moderno está embasada em algo que parece ser muito caro ao reducionismo lingüístico:

As transações entre as obras e o mundo social não consistem unicamente na apropriação estética e simbólica de objetos comuns, de linguagens e práticas ritualizadas ou cotidianas (...). Elas concernem mais fundamentalmente às relações múltiplas, móveis e instáveis, estabelecidas entre texto e suas materialidades, entre a obra e suas inscrições. O processo de publicação, seja lá qual for sua modalidade, é sempre um processo coletivo que requer numerosos atores e não separa a materialidade do texto da textualidade do livro. (CHARTIER, 2007, p. 12-3)

A empreitada de Roger Chartier consiste em um excelente exercício intelectual, que busca por historicizar as experiências dos leitores no campo das apropriações e da recepção que estes fizeram da literatura, mas dentro dos limites desse artigo o que interessa é atentar para que nem tudo se resume a discursos no que concerne as construções textuais. Sem dúvida, uma constatação que deixa os nominalistas em posição bastante delicada.

Falei anteriormente em motivos extracientíficos que, embora obscuros, motivaram as teses nominalistas. O resgate de Nietzsche, um verdadeiro “*santo padroeiro do pós-modernismo*” (BLACKBURN, 2006, p. 129), que se encontra, por exemplo, nas posturas de lingüistas como Roland Barthes e Hayden White é algo passível de compreensão. O elogio de Nietzsche a Tucídides, quando o historiador grego narra o episódio do massacre dos habitantes da ilha de Milo, na Guerra do Peloponeso, que se rebelaram contra Atenas, remete a uma discussão entre as razões da justiça e as razões do poder. Como irá mostrar Dionísio de Halicarnasso, 300 anos depois, os testemunhos de Tucídides sobre o evento, por mais realistas que se pretendam, não possuem credibilidade, pois ele estava exilado na Trácia, jamais podendo ter presenciado diretamente ou indiretamente o diálogo entre mélios e atenienses. O massacre com requintes de crueldade promovido pelos atenienses que Tucídides narrou é uma forma de atacar o sistema político que o exilou, embasado em “*uma arte para seduzir a maioria com argumentos atraentes e falaciosos*” (GINZBURG, op. cit., p. 18).

Nos diálogos entre Sócrates e Platão com os retóricos, sobretudo o que bebiam da mesma fonte que Górgias, Carlo Ginzburg evidencia como essas arengas remetiam a uma competição de dimensão mais sérias: os retóricos, como Cálicles, acusados de demagogia, defendendo uma forma de democracia imposta ainda pela força, de cima para baixo, não sabiam o que era política na visão dos filósofos. Veremos como essa discussão remete a Nietzsche e os citados céticos nominalistas.

Nietzsche, durante a juventude, ao enveredar pela filologia clássica, irá tomar como ponto de partida para suas reflexões uma série de temáticas encontradas em Cálicles, como “*o domínio do mais forte sobre o mais fraco determinado por uma lei da natureza (...), a moral e o direito como projeções dos interesses de uma maioria de fracos; a submissão à injustiça definida como moral para escravos*” (Ibidem, p. 22). Nietzsche vai modernizar o embate entre retóricos e Sócrates, afirmando que a idéia de verdade é uma ilusão que encontra coerência apenas na linguagem.

A verdade enquanto um exercito móbil de metáforas, expressada através de um estilo narrativo que poderia convencer uma multidão a acreditar nas mais tênues mentiras, como é percebida em Nietzsche irão fomentar seu relativismo em torno da idéia de estilo e sua crítica aos preconceitos antropocêntricos. Para Ginzburg é impossível compreender a ridicularização que o filósofo faz sobre a descoberta do conhecimento humano e as circunstâncias de seu rompimento com Schopenhauer sem contextualizá-lo em uma “*crise de ceticismo moral*” (Idem, p. 25), provocada pelo rompimento com o universo religioso protestante do qual sua família fazia parte, pela sua rejeição nos meios acadêmicos e pelo ateísmo militante que assumiu.

Nesse sentido, Nietzsche irá desmontar as concepções de verdade calcificadas por Lutero e que fundamentavam o cristianismo protestante alemão de que “*o verbo é verdade*” (Idem, p. 31). Nietzsche irá responder a pergunta feita por Pilatos a Cristo:

O que é a verdade então? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias. (NIETZSCHE, 1996, p. 57)³

³ No ensaio em que exerce uma crítica ao ceticismo nietzschiniano, Simon Blackburn (2006) considera que a desconfiança de Nietzsche em relação a categorias conceituais fechadas em si é perfeitamente plausível e que essa crítica a noção de verdade do filósofo, pode ser interpretada como, na verdade, uma crítica a unilateralidade do pensamento. Mas S. Blackburn evita cair no ceticismo irracional a partir da premissa de que várias perspectivas, várias noções sobre um mesmo acontecimento e o privilégio humano de poder construir versões diferentes de um mesmo fato não implica que ele não aconteceu e então não devemos, necessariamente, cair nesse tipo de niilismo. Uma forma muito pertinente de escapar do

Eis aí a gênese da hostilidade nietzschiana ao cristianismo. Estamos agora nos anos 70 do século xx. Paul de Man faz uma apropriação do teor de *Acerca da verdade e da mentira* e elabora um texto que se torna uma das matrizes do desconstrucionismo. No encontro onde o citado texto é apresentado, Robert Gates cobra de Paul de Man uma maior relação entre a filosofia de Nietzsche com alguns impasses políticos vividos na época, como a Guerra do Vietnã e com o próprio Reich. A resposta de Paul de Man é que a filosofia de Nietzsche situa-se apenas no nível da ironia e que essas questões não encontram ressonância em seu pensamento.

Nesse sentido, Ginzburg realiza um arguto resgate do Paul de Man anti-semita da década de 40 que andou divulgando textos de teor preconceituosos. Paul de Man se valerá de uma máscara enquanto tradutor de Jorge Luis Borges para o inglês para ocultar um passado que para ele seria apenas motivo de culpa e vergonha. Esse ceticismo de Paul de Man, embora sofisticado é “*existencialmente frágil*” (GINZBURG, 2002, p. 34). Essa tentativa desesperada de fuga da história almejada por De Man “*se enquadra historicamente*” (Ibidem, p. 35). A fuga da realidade que De Man realiza tem dimensões mais trágicas em Sarah Kofman que após escrever um livro sobre Nietzsche e a metáfora, onde narra sua infância de menina judia perseguida comete suicídio.

É nesse sentido que podemos perceber que os céticos relativistas ao posarem de portadores de uma verdadeira novidade epistemológica, nos anos 60, com base em uma nova leitura de Nietzsche, estavam munidos de uma série de motivos extracientíficos, pessoais. Derrida, ao tecer sua crítica ao estruturalismo de Levi-Strauss, almejando abster-se de qualquer desejo de escolha, seguindo os rastros de Nietzsche, encanta mais ainda “*os herdeiros dos colonizadores e os herdeiros dos colonizados*” (Idem, p. 36). Ginzburg encontra no pensamento desse filósofo francês vestígios da retórica da inocência moderna, que tenta redimir os crimes do Ocidente.

Dentro dessa discussão, Ginzburg cita o romance de Joseph Conrad, *O coração das trevas*, que porta uma verdadeira análise da condição dos dilemas morais vivenciados pelos europeus na época do imperialismo. Os massacres, epidemias, a fome e as crises políticas que o Ocidente assiste na atualidade não são levados tão a sério pelos relativistas. É nesse sentido que o autor coloca que “*o limite do relativismo é, ao mesmo tempo, cognitivo, político e moral*” (Idem, p. 36). A idéia de que narrativa

ceticismo determinista é pluralizar a realidade, criando diversas possibilidades interpretativas para a mesma.

histórica e narrativa ficcional não se distinguem é bastante cômoda para quem quer, de uma forma até irresponsável, se libertar do passado.

Ginzburg assume a postura de que é preciso se libertar da noção ingênua da objetividade na história, mas ao assumirmos lugares sociais e políticos para falar, podemos fazer uso de uma coerência intelectual que não se abate diante das lacunas e intencionalidades de uma fonte. Fazer falar o que está dentro e fora do texto, como fez com o relativismo, é buscar pelas relações de força, que como popularizou Foucault, com base em uma discussão grega, habitam o “*nexo entre poder e conhecimento*” (Idem, p. 42).

Vencendo os céticos nominalistas em seu próprio terreno, que seria o das artes e da literatura, Ginzburg utiliza a tese das implicações cognitivas das escolhas narrativas, na qual até as deformações que as fontes carregam, podem servir de prova para mapearmos os chamados princípios de realidade. É nesse sentido que realiza uma apaixonada e sofisticada defesa do conhecimento histórico.

Se a premissa de Hayden White (1994, p. 143) de que “*há muitas histórias por romance, e muitos romances que poderiam passar por histórias*” o motivou a afirmar o holocausto enquanto ficção; algo que não aconteceu; uma construção da cultura midiática após a Segunda Guerra para que a criação de um Estado judeu fosse oficializado e a opressão hebraica aos povos palestinos justificada é compreensível a enxurrada de críticas que lhe foram direcionadas por toda uma gama de historiadores comprometidos seriamente com a produção historiográfica, o que não é o caso desse crítico literário.

No plano dessa polêmica, entre os principais nomes que reagiram indignadamente a idéia de que os campos de concentração não existiram, temos Pierre Vidal-Naquet, cuja mãe foi morta pelo carrasco nazista Eichmann em Auschiwtz que publica em *Les Juifs, la mémoire, le présent* (Os judeus, a memória, o presente, Paris, 1981) o artigo *Um Eichmann de papel*, que se trata de uma “*discussão detalhada daquela historiografia, dita revisionista, que sustenta a inexistência de campos de concentração*” (GINZBURG, 2007, p. 233). Também reagiu Carlo Ginzburg que possui ascendência judaica, embora tenha declarado que não foi criado em um ambiente muito propício as ortodoxias religiosas. Sendo filho de Leone Ginzburg, renomado professor de literatura russa na Itália, proibido de dar aula pelo regime fascista de Mussolini. L. Ginzburg se engaja na luta armada de esquerda, sendo preso e entregue a tutela de nazistas que o executam em 1944 e também sendo filho de Natalie Ginzburg, grande

romancista, é obvio que Carlo Ginzburg conviveu em meio a um círculo de intelectuais que contestavam as políticas do totalitarismo. Em *Uno testis: o massacre de judeus e o principio de realidade*, publicado no livro *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício* (2007), Carlo Ginzburg alerta para que a idéia de relativismo como forma de tolerância defendida por Hayden White e a verdade apenas como uma retórica eficaz foi inspirada por um intelectual italiano chamado Giovanni Gentile, vinculado aos círculos de poder do fascismo, na segunda Guerra:

Gentile nunca foi um relativista. Ao contrário, ele acalentou um engajamento religioso, intransigente, tanto em âmbito filosófico como em âmbito político. E, naturalmente, nunca teorizou a tolerância, como atesta o apoio que deu ao fascismo, inclusive em seus aspectos mais violentos, como o “esquadrismo”. (...) De fato, a argumentação de White que liga a verdade à eficácia chama inevitavelmente não a tolerância, mas o seu oposto – o juízo de Gentile sobre o porrete como força moral. (GINZBURG, 2007, p. 224-7)

A resposta de Roger Chartier ao negacionismo do holocausto feito por Hayden White e as provocações de Paul Veyne sobre a inconsistência que reside na idéia de os historiadores possuírem um método não adquiriu uma dimensão tão ontológica quanto essa que percebo em Ginzburg e Vidal-Naquet. Antes de remeter a Chartier, torna-se pertinente ler o trecho no qual P. Veyne, em tom de arenga retórica, desafia os historiadores:

Não, a história não tem método: tentem pedir que lhe demonstrem seu método. Não ela não explica coisa alguma, se é que a palavra explicar tem sentido; quanto ao que chamam suas teorias, será preciso examiná-las de perto. (VEYNE, 1998, p. 11)

Roger Chartier cita, inclusive, Michel de Certeau que se em determinado momento inspirou-se pelo entrecruzamento dos saberes científicos com os lingüísticos, logo se afasta de uma perspectiva puramente nominalista com o texto *A operação historiográfica*, publicada na obra *A escrita da história* (1982).

Para M. de Certeau, embora as escolhas do historiador não estejam desprovidas de relações com as intenções do autor e com os interesses institucionais que residem em uma Universidade, à prática da pesquisa é indispensável na construção de uma metodologia própria do ofício. O historiador não tem a pretensão de dar a voz a vestígios históricos esquecidos, mas dialogar onde menos se espera que ecoem vozes ou mensagens. Como colocou Alarcon Agra do Ó (2004, p. 54), “o historiador desvia das

idéias de totalização para evidenciar margens, deslocamentos, fluxos”, fazendo recortes contextuais, pois a história não tem mais a pretensão de abarcar as totalidades.

É justamente refutando o argumento de que “*a história é um romance real*” (VEYNE, op. cit., p. 12) de P. Veyne e de que as colocações de Hayden White que nivelam história e ficção são impertinentes que Chartier critica a atenção demasiada que o crítico literário dispense a dimensão discursiva que a historiografia possui, pois “*como, de fato, pensar a história sem quase nunca fazer referência às operações próprias da disciplina: construção e tratamento dos dados, produção de hipóteses, verificação crítica dos resultados, validação da coerência e da plausibilidade da interpretação?*” (CHARTIER, 2002, p. 113).

Em suma, Chartier mapeia as diversas contradições em que Hayden White se envolve quando ao discorrer verdade e ficção acaba por reproduzir uma noção muito tradicional de fato histórico, para alguém que quer se passar por representante de uma vanguarda intelectual, e é enfático: “*ignorando sistematicamente os procedimentos próprios da história, entendida como uma disciplina de saber, Hayden White encontra-se muito desprovido para responder a tais questões*” (CHARTIER, op. cit., p. 115).

O maior empobrecimento a discussão sobre a dimensão lingüística da narrativa histórica feita por H. White é o relativismo radical, que culminou no embaraçoso “revisonismo” do holocausto e o nivelamento entre história e ficção, que levaria o autor em xeque a, ironicamente, admitir uma concepção tradicional sobre o fato enquanto um acontecimento. Hayden White, para me valer de uma figura de retórica, que afinal, não são tão caras aos historiadores, fornece muita corda para seus carrascos.

Outro cânone do pós-modernismo, Roland Barthes em *A morte do autor*, publicado na obra *O rumor da língua* (2004), discorre sobre a construção moderna da condição do autor. A postura de R. Barthes de que no texto prevalece a linguagem, não a voz do autor e a nomeação da lingüística e do surrealismo como os coveiros do autor moderno remete a uma cisão na qual a linguagem está livre de todo contexto social, o que possui implicações absurdas como já percebemos. Barthes propõe uma desmistificação do autor e em seu lugar, como agente que compreende as várias vozes presentes em um texto, elege o leitor. Porém, é importante lembrar aqui que sem autor não há leitor. Em vez de decretar óbitos, por que não celebrar as simbioses? ⁴

⁴ Cf. BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. 2004, pp. 57-64

Mas o texto de R. Barthes que parece em tom de provocação aos historiadores em *O rumor da língua* (2004) é intitulado *O discurso da História*. A lingüística, para o autor, deve dessacralizar às hierarquias de discurso em detrimento da tradicional divisão feita do “*discurso poético ao discurso romanesco, a narrativa de ficção à narrativa histórica*” (BARTHES, 2004, p. 163). A idéia de que nem tudo é discurso no que concerne à linguagem já foi colocada anteriormente. Nessa parte do artigo, cabe ressaltar o ranço de Barthes ao se criticar uma modalidade de história praticada pela escola metódica e por Michelet na França, e a escola rankiana, na Alemanha. Roland Barthes se vale da mesma tese contra a história científicista do século 19 para atingir os historiadores contemporâneos, o que torna seu argumento anacrônico.⁵

História lírica, história retórica e história estratégica... A primeira forma encontraria exemplo em Michelet, a segunda seria aquela fora do contexto semântico que narra e a terceira, como em Maquiavel, seria aquela que induz a reflexões. Ora, reduzir a dimensão da história em três fatias e afirmar que o historiador continua tendo a pretensão de apresentar o real como aconteceu é está falando na contramão do que pesquisadores voltados para a produção historiográfica estão realizando.

Dentre um dos inúmeros argumentos que poderiam abalar Roland Barthes está a noção de que munido de uma aspiração detetivesca, tais quais se nota nos contos policiais de Edgar Poe e no personagem Sherlock Holmes, de Conan Doyle, o historiador, atento a pistas, indícios, pormenores reveladores, se movimentaria no campo do verossímil, das possibilidades cognitivas. Essa síntese feita a partir de uma rápida incursão a um texto de Ginzburg, conhecidíssimo de ofício do historiador, chamado *Sinais: raízes de um paradigma indiciário* (1989) pode ser completada pela assertiva feita em um momento intelectual posterior do autor, em *Relações de força: história, retórica, prova* (2002) de que ao contrário do que colocam os nominalistas, “o

⁵ A idéia de que a história deveria ser alçada ao posto de uma ciência que assim como as ciências naturais, seria capaz de estabelecer leis e de determinar com exatidão o significado dos fatos predominou no cenário historiográfico francês, inglês e alemão do início do século 19. A análise das fontes literárias. Narrativas e documentais por meio de um método que colocaria o historiador face a todas as deformações das fontes e, portanto, diante da realidade do acontecimento que seria transmitido de forma neutra, sem juízos de valores por parte do historiador pode caracterizar, em linhas gerais, o modelo positivista (Cf. COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. Lisboa: Editorial Presença, s/d). Na França, entre os historiadores que defendiam o método como forma de atingir a objetividade e a idéia de neutralidade temos Coulanges, Monod, Langlois, Seignobos e como representante de uma tendência mais radical Louis Bordeau. Na Alemanha, o representante a história científica foi L. Von Ranke que, através de documentos diplomáticos, produziu uma vasta obra dedicada à história do Estado. Com Ranke, temos uma verdadeira ojeriza a qualquer possibilidade de aproximação da história com a literatura e a afirmação de que se o historiador atingiria a neutralidade se conseguisse não se deixar condicionar pelo seu meio social, político e cultural ao longo da pesquisa (Cf. REIS, José Carlos. *A escola metódica, dita “positivista”*. In: *A história, entre a filosofia e a ciência*. 3ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004).

estilo e a história, ao invés de se excluírem reciprocamente, estão estreitamente entrelaçados” (GINZBURG, 2002, p. 104).

. Fazer a ponte entre o rigor da análise historiográfica e os estudos sócio-culturais da literatura, na perspectiva da história cultural, é, tentar, como coloca Gervácio B. Aranha (2000, p. 66): *“desvendar o universo dos símbolos”* por meio de *“uma leitura atenta, perspicaz, voltada ao pormenor, uma leitura, enfim, nada convencional, do tipo que não se deixa enganar pelos aspectos meramente aparentes”*. A minuciosa análise de François Dosse da noção de hermenêutica e da contribuição de Paul Ricoeur para repensarmos as relações entre narrativa e história tem de ser evocada:

Ricoeur de fato mantém distância em relação à ilusão nominalista de compreensão imediata entre duas subjetividades, mas também da ilusão racionalista da explicação do texto pelo simples jogo de sua combinatória interna. (...) Embora a história seja narrativa, não é um tipo qualquer de narrativa. A imaginação histórica intervém, pois, como um meio heurístico de compreensão, e essa dimensão é hoje reivindicada por numerosos historiadores de formação, como ocorre particularmente com Georges Duby. (...) A constituição da objetividade em história para melhor captar o instrumental mental e o comportamento dos homens do passado é, portanto, o correlato da subjetividade em história. Desemboca numa intersubjetividade sempre aberta a novas interpretações, a novas leituras. A incompletude da objetividade em história permite deixar o debate sobre a herança histórica para as gerações futuras, numa busca indefinida de sentido. (...) A objetividade em história passa então de suas ilusões lógicas para a sua necessária dimensão ética. (DOSSE, 2001, p. 73-9)

Sendo assim, os historiadores precisam de uma estratégia retórica para que, esteticamente, possam comunicar os resultados de suas pesquisas aos pares e aos outros interessados, mas a elaboração estética no trabalho do historiador é mediada e controlada pelas fontes. Respondendo a provocação de Durval M. Albuquerque Jr. (2007, p. 44) quando este pergunta *“por que será que os historiadores temem tanto a literatura?”*: não, os historiadores não têm medo da literatura. Inúmeros exemplos bem sucedidos tanto na história cultural quanto na história social de autores que conseguiram, até de forma magistral, acessar diferentes sensibilidades históricas através da literatura poderiam ser citados aqui. Realizar esse exercício para demonstrar o equívoco de Durval Muniz implicaria em reunir material suficiente não apenas para um artigo ensaístico, mas para a construção de várias teses e dissertações.

Caindo mais uma vez no anacronismo em que as críticas de Hayden White e Roland Barthes estão residindo, Durval Muniz e outros seguidores, ao se bitolarem

tanto em querer demonstrar que estão em uma pós-modernidade historiográfica não podem se referirem aos historiadores que optaram por caminhos conceituais diferentes, na contemporaneidade, como se ainda estivessem no tempo de Ranke.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBUQUERQUE Jr. Durval Muniz. A hora da estrela: História e Literatura, uma questão de gênero?. In: **História: A arte de inventar o passado**. São Paulo: EDUSC, 2007.

AGRA DO Ó, Alarcon. Michel de Certeau e a operação historiográfica. In: **Veredas Favip**, Caruaru, Vol. 1, n. 02, jul./dez. 2004. (pp. 48-56)

ARANHA, Gervácio B. A história renovada: a emergência de novos paradigmas. **Saeculum**. n. 4/5, jan.Dez. 1998/99. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, Dezembro/2000.

BLACKBURN, Simon. Nietzsche: o astuto desmascarador. In: **Verdade: um guia para perplexos**. Tradução de Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. (pp. 127-74).

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. Tradução de Marlo Laranjeira. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

CHARTIER, Roger. Mistério estético e materialidades da escrita. In: **Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII**. Tradução de Luzmara Curcino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP. 2007. (pp. 09-22).

CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8ª. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. (p. 65-119)

DOSSE, François. Paul Ricoeur revoluciona a história. In: **A história a prova do tempo**. Tradução indisponível. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução de Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (pp. 143-80).

JAMES, Henry. **A arte da ficção**. Organização e apresentação de Antônio Paulo Graça; tradução de Daniel Pizza. São Paulo: Imaginário, 1995.

NIETZSCHE, Friedrich. Sobre a verdade e a mentira no sentido extra-moral. In: **Nietzsche: vida e obra**. Tradução de Rubens Figueiredo Torres Filho. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (pp. 51-60)

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Tradução de Alda Bantar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

WHITE, Hayden. As ficções da representação factual. In: **Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura**. Tradução de Alípio Correia da Franca Neto. São Paulo: EDUSP, 1994.